



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



PREGÃO ELETRÔNICO “SRP”

Nº: 023/2026

PROCESSO LICITATÓRIO

Nº: 124/2026

UNIDADES REQUISITANTES:

Gabinete do Prefeito
Sec. Mun. Planej. Gestão Administração e Finanças
Sec. Mun. De Saúde, Assist. Social e Meio Ambiente

OBJETO

Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de materiais de construção em geral, para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 31/08/2026 às 13:00h (horário de Brasília)

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 11/08/2026 – Horas 08:00:00

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 31/08/2026 – Horas 08:00:00

ABERTURA/ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 31/08/2026 – Horas 13:00:00

Obs. Nesta fase será informado via chat o horário do início da fase de lances.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº: 023/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 124/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Torna-se público que o Município de São José do Goiabal, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediada na Praça Cônego João Pio, nº 30, Centro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a registro de preços para aquisições futuras e eventuais de materiais de construção em geral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seu anexo.

3.1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor Lucivan José da Cruz, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço <https://novobbmnet.com.br/>.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4.2. Os benefícios as empresas locais que se refere o item 3.5 desse edital se dá em cumprimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 2006, dispõe que deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, à ampliação da eficiência das políticas públicas e ao incentivo à inovação tecnológica.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL P R E F E I T U R A



3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8.26.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar quantitativo previsto no Termo de Referência

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, pelo valor global do lote

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará “Dou-lhe uma” quando faltar 02m00s (dois minutos para o termino da etapa de lances (sessão pública), “Dou-lhe duas” quando faltar 01m00s (um minuto) e “Dou-lhe três – Fechado” quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do “Dou-lhe uma” e, assim, sucessivamente.

6.11.1.1. O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima

6.11.1.2. Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de uma Prorrogação Automática, o ícone de “Dou-lhe uma”, “Dou-lhe duas”, é exibido;

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7.2. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser encaminhados até o fim de recebimento das propostas, conforme previsto neste edital, contados da convocação do Pregoeiro, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) “pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma <https://novobbmnet.com.br/>.

7.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.2.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1 e 4.6 deste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.5.1. conter vícios insanáveis;
- 7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



8.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando os incisos abaixo: 2.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); 2.1.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por centos) do valor total estimado da contratação.

8.20. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Outras Certidões/Documentos Complementares:

8.21. Certidões da Controladoria-Geral da União: <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

8.22. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.23. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.24. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.24.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.25. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema da BBMNet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.25.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



8.26. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.26.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.26.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.27. A verificação da documentação exigida somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.27.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.27.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.28. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.28.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.28.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.29. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.30. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.26.1.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



8.31. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.32. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.33. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,3% a 10% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@saojosedогоoiabal.mg.gov.br ou no site eletrônico do Município de São José do Goiabal: <https://www.saojosedогоoiabal.mg.gov.br/publicacoes/editais-licitacoes>.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site do local da disputa <https://novobbmnet.com.br> e endereço eletrônico <https://www.saojosedogoiabal.mg.gov.br/publicacoes/editais-licitacoes>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.3. ANEXO III – Modelo de Declaração;

14.11.4. ANEXO IV – Declaração de conhecimento e atendimento às condições do edital;

14.11.5. ANEXO V – Modelo de carta de apresentação de proposta final para prestação dos serviços/fornecimento;

14.11.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de Responsabilidade;

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



- 14.11.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de enquadramento no regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- 14.11.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo Familiar;
- 14.11.9. ANEXO IX – Declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública.

São José do Goiabal/MG, 10 de agosto de 2026.

Lucivan José da Cruz
Pregoeiro

SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de materiais de construção em geral, para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1 - HIDRÁULICOS					
ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	UND	100	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE 20MM	R\$ 11,18	R\$ 1.118,00
2	UND	50	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE 25MM	R\$ 12,00	R\$ 600,00
3	UND	50	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE 40MM	R\$ 29,15	R\$ 1.457,50
4	UND	50	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE 50MM	R\$ 29,67	R\$ 1.483,50
5	UND	100	ADAPTADOR SOLDAVEL COM ROSCA 25MM	R\$ 3,47	R\$ 347,00
6	UND	100	ADAPTADOR SOLDAVEL COM ROSCA 32MM	R\$ 6,89	R\$ 689,00
7	UND	100	ADAPTADOR SOLDAVEL COM ROSCA 40MM	R\$ 5,62	R\$ 562,00
8	UND	100	ADAPTADOR SOLDAVEL COM ROSCA 50MM	R\$ 11,79	R\$ 1.179,00
9	UND	60	BICO PLÁSTICO PARA TORNEIRA 1/2	R\$ 2,33	R\$ 139,80
10	UND	60	BICO PLÁSTICO PARA TORNEIRA 3/4	R\$ 3,13	R\$ 187,80
11	UND	30	BÓIA CAIXA D'ÁGUA 3/4	R\$ 9,43	R\$ 282,90
12	UND	30	BÓIA CAIXA D'ÁGUA 1/2	R\$ 6,40	R\$ 192,00
13	UND	10	BOMBA CANETA 1CV 220V OU 127V	R\$ 1.029,12	R\$ 10.291,20
14	UND	10	BOMBA CANETA 2CV 220V OU 127V	R\$ 1.712,33	R\$ 17.123,30
15	UNID	10	BOMBA CANETE 3CV 220V OU 127V	R\$ 2.793,00	R\$ 27.930,00
16	UND	2	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO 10000L AZUL	R\$ 5.738,52	R\$ 11.477,04
17	UND	20	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO 500L AZUL	R\$ 228,56	R\$ 4.571,20
18	UND	30	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA 6 LITROS	R\$ 31,98	R\$ 959,40
19	UNID	20	CAIXA DE GORDURA GRANDE PRETO 42L 410X410X400 MM	R\$ 122,11	R\$ 2.442,20
20	UND	20	CANO PARA CHUVEIRO 20MM 40CM METAL CROMADO	R\$ 27,43	R\$ 548,60
21	UND	10	CAVALETE DE AGUA PADRÃO COPASA	R\$ 159,77	R\$ 1.597,70
22	UND	40	CHUVEIRO ELETRONICA 5500W 127V COM REGULADOR DE TEMPERATURA GRADUAL	R\$ 60,76	R\$ 2.430,40
23	UND	30	CHUVEIRO ELETRONICA 7500W 220V COM COM REGULADOR DE TEMPERATURA GRADUAL	R\$ 162,10	R\$ 4.863,00
24	UND	50	COLA P/ CANO PVC INCOLOR C/PINCEL 175G	R\$ 15,36	R\$ 768,00
25	UND	30	CONJUNTO CAIXA SINFONADA + RALO QUADRADO AÇO 10 CM COM FECHAMENTO	R\$ 29,37	R\$ 881,10
26	UND	30	CONJUNTO CAIXA SINFONADA + RALO QUADRADO AÇO 15 CM COM FECHAMENTO	R\$ 44,81	R\$ 1.344,30
27	UND	30	CONJUNTO LAVATORIO DE BANHEIRO COMPLETO INCLUINDO COLUMA INCLUINDO VALVULA,SIFÃO, ENGATE E PARAFUSOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS PARA INSTALAÇÃO	R\$ 54,31	R\$ 1.629,30
28	UND	200	CURVA 90° ESGOTO PVC 100 MM	R\$ 9,35	R\$ 1.870,00
29	UND	200	CURVA 90° ESGOTO PVC 150 MM	R\$ 120,58	R\$ 24.116,00
30	UND	200	CURVA 90° ESGOTO PVC 200 MM	R\$ 169,59	R\$ 33.918,00
31	UND	40	CURVA 90° PARA ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO PESADO ½" BARRA 3 MTS	R\$ 9,07	R\$ 362,80
32	UND	40	CURVA 90° PARA ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO PESADO ¾" BARRA 3 MTS	R\$ 9,20	R\$ 368,00
33	UND	40	CURVA 90° PARA ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO PESADO 1 ½" BARRA 3 MTS	R\$ 25,57	R\$ 1.022,80
34	UND	40	CURVA 90° PARA ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO PESADO 1" BARRA 3 MTS	R\$ 20,20	R\$ 808,00
35	UND	40	CURVA 90° PARA ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO PESADO 2" BARRA 3 MTS	R\$ 59,33	R\$ 2.373,20

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL

PREFEITURA



36	UND	30	CURVA 90° PVC ELETRODUTO ½"	R\$ 1,26	R\$ 37,80
37	UND	30	CURVA 90° PVC ELETRODUTO ¾"	R\$ 4,71	R\$ 141,30
38	UND	30	CURVA SOLDÁVEL 45° PVC 20MM	R\$ 3,63	R\$ 108,90
39	UND	30	CURVA SOLDÁVEL 45° PVC 25MM	R\$ 3,10	R\$ 93,00
40	UND	30	CURVA SOLDÁVEL 45° PVC 32MM	R\$ 7,95	R\$ 238,50
41	UND	30	CURVA SOLDÁVEL 45° PVC 40MM	R\$ 7,30	R\$ 219,00
42	UND	30	CURVA SOLDÁVEL 45° PVC 50MM	R\$ 10,83	R\$ 324,90
43	UND	30	CURVA SOLDÁVEL 45° PVC 75MM	R\$ 41,27	R\$ 1.238,10
44	UND	100	CURVA SOLDÁVEL 90° PVC 20MM	R\$ 2,06	R\$ 206,00
45	UND	100	CURVA SOLDÁVEL 90° PVC 25MM	R\$ 2,61	R\$ 261,00
46	UND	30	CURVA SOLDÁVEL 90° PVC 32MM	R\$ 5,53	R\$ 165,90
47	UND	30	CURVA SOLDÁVEL 90° PVC 40MM	R\$ 9,46	R\$ 283,80
48	UND	50	ENGATE FLEXÍVEL METAL CROMADO ALTA PRESSÃO 20MM	R\$ 18,81	R\$ 940,50
49	UND	100	ENGATE FLEXÍVEL PLÁST.BRANCO BAIXA PRESSÃO 25MM	R\$ 11,99	R\$ 1.199,00
50	UND	100	JOELHO 90° ESGOTO PVC 100 MM	R\$ 29,61	R\$ 2.961,00
51	UND	100	JOELHO 90° ESGOTO PVC 40 MM	R\$ 10,13	R\$ 1.013,00
52	UND	100	JOELHO 90° ESGOTO PVC 50 MM	R\$ 15,17	R\$ 1.517,00
53	UND	100	JOELHO ESGOTO OCRE 90°X 150MM	R\$ 33,55	R\$ 3.355,00
54	UND	100	JOELHO SOLDÁVEL 45° PVC 20MM	R\$ 0,57	R\$ 57,00
55	UND	100	JOELHO SOLDÁVEL 45° PVC 25MM	R\$ 8,61	R\$ 861,00
56	UND	75	JOELHO SOLDÁVEL 90° PVC 20MM	R\$ 4,09	R\$ 306,75
57	UND	75	JOELHO SOLDÁVEL 90° PVC 25MM	R\$ 7,89	R\$ 591,75
58	UND	75	JOELHO SOLDÁVEL 90° PVC 32MM	R\$ 2,27	R\$ 170,25
59	UND	200	LUVA COLA E ROSCA AZUL COM BUCHA DE LATÃO TAMANHO 25MM	R\$ 4,34	R\$ 868,00
60	UND	50	LUVA COLA E ROSCA PVC TAMANHO 25MM	R\$ 1,80	R\$ 90,00
61	UND	100	LUVA DE CORRER PVC OCRE 100MM	R\$ 31,90	R\$ 3.190,00
62	UND	100	LUVA DE CORRER PVC OCRE 150MM	R\$ 66,10	R\$ 6.610,00
63	UND	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL 20MM	R\$ 4,93	R\$ 246,50
64	UND	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL 25MM	R\$ 12,67	R\$ 633,50
65	UND	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL 32MM	R\$ 18,00	R\$ 900,00
66	UND	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL 40MM	R\$ 24,87	R\$ 1.243,50
67	UND	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL 75MM	R\$ 50,89	R\$ 2.544,50
68	UND	100	LUVA ESGOTO PVC 40 MM	R\$ 5,92	R\$ 592,00
69	UND	50	LUVA PARA ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO PESADO ½	R\$ 4,73	R\$ 236,50
70	UND	50	LUVA PARA ELETRODUTO RÍGIDO GALVANIZADO PESADO 4	R\$ 86,96	R\$ 4.348,00
71	UND	50	LUVA PVC PARA ELETRODUTO ½"	R\$ 0,95	R\$ 47,50
72	UND	30	LUVA PVC PARA ELETRODUTO ¾"	R\$ 0,99	R\$ 29,70
73	UND	30	LUVA PVC PARA ELETRODUTO 1 ½ "	R\$ 2,83	R\$ 84,90
74	UND	30	LUVA PVC PARA ELETRODUTO 1"	R\$ 2,33	R\$ 69,90
75	METRO	200	MANGUEIRA DE JARDIM 1/2	R\$ 3,68	R\$ 736,00
76	METRO	150	MANGUEIRA DE JARDIM 3/4	R\$ 4,94	R\$ 741,00
77	METRO	30	MANGUEIRA DE NÍVEL CRISTAL 5/16	R\$ 2,23	R\$ 66,90
78	UND	30	MANGUEIRA PARA GÁS 120 CM COM VALVULA	R\$ 62,10	R\$ 1.863,00
79	UND	30	MANGUEIRA PARA GÁS DE COZINHA	R\$ 32,85	R\$ 985,50
80	METRO	30	MANGUEIRA PARA TRANSFERENCIA DE LIQUIDO		R\$ -
81	ROLO	50	MANGUEIRA PVC PRETA 1" ROLO DE 50M	R\$ 224,40	R\$ 11.220,00
82	ROLO	50	MANGUEIRA PVC PRETA 1/2" ROLO DE 50M	R\$ 180,83	R\$ 9.041,50
83	ROLO	100	MANGUEIRA PVC PRETA 3/4" ROLO 50M	R\$ 82,22	R\$ 8.222,00
84	METRO	100	MANGUEIRA TRANÇADA CRISTAL	R\$ 5,07	R\$ 507,00
85	UND	30	REGULADOR PARA GÁS DOMÉSTICO	R\$ 38,61	R\$ 1.158,30
86	UND	20	REPARO PARA VÁLVULA DE DESCARGA CIPLA	R\$ 72,21	R\$ 1.444,20
87	UND	40	REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA HYDRA 1" 1/2	R\$ 61,59	R\$ 2.463,60
88	UND	50	SELANTE PU 40 CORES DIVERSAS 280G	R\$ 24,73	R\$ 1.236,50
89	UND	50	SELIM OCRE 150X1100	R\$ 37,51	R\$ 1.875,50
90	UND	100	SIFÃO EXTENSÍVEL PLÁSTICO BRANCO	R\$ 4,82	R\$ 482,00
91	UND	300	SIFÃO SIMPLES PLÁSTICO BRANCO	R\$ 5,01	R\$ 1.503,00
92	UND	50	TAMPA COM ACENTO VASO SANITÁRIO INFANTIL	R\$ 39,13	R\$ 1.956,50
93	UND	5	TAMPA DE CAIXA D'ÁGUA 10000L	R\$ 1.972,67	R\$ 9.863,35
94	UND	10	TAMPA DE CAIXA D'ÁGUA 1000L	R\$ 190,90	R\$ 1.909,00
95	UND	10	TAMPA DE CAIXA D'ÁGUA 500L	R\$ 109,88	R\$ 1.098,80
96	UND	5	TAMPA DE CAIXA D'ÁGUA 5000L	R\$ 1.114,08	R\$ 5.570,40
97	UND	50	TAMPAO ALUMINIO DE CHAO DN600 ART. CLASSE 300	R\$ 394,53	R\$ 19.726,50

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.

Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.

ENDEREÇO: Praça Conego João Fio, 30 - Centro - 35.986-000 - São José do Goiabal-MG

TELEFAX: (31) -3858-5121/5132/5149

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL

PREFEITURA



98	UND	50	TAMPÃO DE CANO DE ESGOTO 100 MM	R\$ 4,40	R\$ 220,00
99	UND	50	TAMPÃO DE CANO DE ESGOTO 150 MM	R\$ 25,30	R\$ 1.265,00
100	UND	50	TAMPÃO DE CANO DE ESGOTO 40 MM	R\$ 3,30	R\$ 165,00
101	UND	50	TAMPÃO DE CANO DE ESGOTO 50 MM	R\$ 4,17	R\$ 208,50
102	UND	50	TAMPAO DE CANO ESGOTO 200MM	R\$ 40,25	R\$ 2.012,50
103	UND	50	TAMPAO SOLDABEL 75	R\$ 28,99	R\$ 1.449,50
104	UND	50	TANQUE 1,20M	R\$ 271,20	R\$ 13.560,00
105	UND	20	TANQUE 1,40M	R\$ 319,63	R\$ 6.392,60
106	UND	100	TE ESGOTO OCRE 150 MM	R\$ 83,61	R\$ 8.361,00
107	UND	100	TE SOLDABEL PVC 75MM	R\$ 48,99	R\$ 4.899,00
108	UND	50	TORNEIRA C/ FILTRO DE PAREDE BICA ALTA METAL	R\$ 93,39	R\$ 4.669,50
109	UND	60	TORNEIRA DE BANCADA PARA BANHEIRO BICA BAIXA COM TEMPORIZADOR METAL	R\$ 112,95	R\$ 6.777,00
110	UND		TORNEIRA PARA FILTRO DE BARRO		R\$ -
111	UND	600	TUBO ESGOTO OCRE 100MM	R\$ 226,00	R\$ 135.600,00
112	UND	200	TUBO SOLDABEL 6 M 75MM	R\$ 163,00	R\$ 32.600,00
113	UND	10	UNIÃO PVC 20MM SOLDABEL	R\$ 5,20	R\$ 52,00
114	UND	30	VALVULA P/ PIA DE INOX	R\$ 13,44	R\$ 403,20
115	UND	100	VALVULA P/ TANQUE PVC BRANCA	R\$ 9,70	R\$ 970,00
116	UND	60	VASO SANITÁRIO C/CX ACOPLADA 6L BRANCO	R\$ 569,03	R\$ 34.141,80
117	UND	60	VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL BRANCO	R\$ 215,37	R\$ 12.922,20
					R\$ 550.298,34

LOTE 2 - FERRAMENTAS					
ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	UND	5	ALICATE CATRACA TIPO TESOURA PARA CABOS ATE 240MM	R\$ 333,32	R\$ 1.666,60
2	UND	10	ALICATE DE BICO 8"	R\$ 48,52	R\$ 485,20
3	UND	10	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 8"	R\$ 59,72	R\$ 597,20
4	UND	10	ALICATE DE CRIMPAR TERMINAIS OLHAL, ILHOS E TUBULAR 0,5 ATE 16MM	R\$ 83,45	R\$ 834,50
5	UND	10	ALICATE DIGITAL AMPERIMETRO MULTIMETRO DT 266	R\$ 186,99	R\$ 1.869,90
6	UND	5	ALICATE HIDRÁULICO PRENSA CRIMPA TERMINAL 10 A 300MM	R\$ 239,09	R\$ 1.195,45
7	UND	5	ALICATE MULTIFUNCIONAL PARA TERMINAL 8X1 COM 5 BICOS	R\$ 128,23	R\$ 641,15
8	UND	10	ALICATE PARA ELETRICISTA DESENCAPADOR DE FIOS AJUSTAVEL	R\$ 147,66	R\$ 1.476,60
9	UND	10	ALICATE TURQUESA 2 POLEGADAS	R\$ 31,76	R\$ 317,60
10	UND	10	ALICATE UNIVERSAL 8" CABO EMBORRACHADO 1000V	R\$ 33,36	R\$ 333,60
11	KG	100	ARAME DE SOLDA 1MM	R\$ 192,65	R\$ 19.265,00
12	UND	30	ARCO DE SERRA TUBULAR 30 MM	R\$ 19,03	R\$ 570,90
13	UND	10	BROCA SDS 25 mm	R\$ 81,88	R\$ 818,80
14	UND	10	BROCA SDS 6 mm	R\$ 8,36	R\$ 83,60
15	UND	10	BROCA SDS 8 mm	R\$ 7,97	R\$ 79,70
16	UND	50	CÂMARA PARA CARRINHO DE MÃO 8"	R\$ 15,13	R\$ 756,50
17	UND	15	CARRINHO MÃO PNEU C/CÂMARA 8 PRETO	R\$ 214,24	R\$ 3.213,60
18	UND	100	CAVALETE DE SINALIZACAO	R\$ 483,99	R\$ 48.399,00
19	UND	10	CHAVE DE BOCA 10X11 MM	R\$ 18,88	R\$ 188,80
20	UND	10	CHAVE DE GRIFO 18"	R\$ 73,66	R\$ 736,60
21	UND	10	CHAVE DE GRIFO 36"	R\$ 454,61	R\$ 4.546,10
22	UND	10	CHAVE DE TESTE DIGITAL	R\$ 37,94	R\$ 379,40
23	UND	10	CHAVE PHILLIPS ¼ X 6 MM	R\$ 10,78	R\$ 107,80
24	UND	10	CHAVE PHILLIPS 3/8 X 10 MM	R\$ 16,21	R\$ 162,10
25	METRO	300	CORDA MULTIUSO 10 MM	R\$ 2,32	R\$ 696,00
26	METRO	300	CORDA MULTIUSO 6 MM	R\$ 1,91	R\$ 573,00
27	METRO	300	CORDA MULTIUSO 8 MM	R\$ 1,98	R\$ 594,00
28	METRO	500	CORDA MULTIUSO SEDA COM MIOLO 12 MM	R\$ 2,71	R\$ 1.355,00
29	ROLO	1	CORDA POLIPROPILENO 10 MM / 220 M	R\$ 377,17	R\$ 377,17
30	ROLO	2	CORDA POLIPROPILENO 5 MM / 50 M	R\$ 58,69	R\$ 117,38
31	UND	1	CORTADOR DE PISO COM CARRO GUIA AÇO COM RODEL DUPLO METAL DURO CAPACIDADE CORTE 125 CM	R\$ 1.518,78	R\$ 1.518,78
32	UND	50	DISCO DE DESBASTE GRÃO 80	R\$ 16,91	R\$ 845,50
33	UND	60	ENXADA LARGA 2 ½ AÇO SAE 1070 COM CABO	R\$ 68,72	R\$ 4.123,20
34	UND	50	ENXADA VALEIRA 2 1/2 AÇO C/ CABO	R\$ 57,99	R\$ 2.899,50
35	UND	50	ENXADÃO LARGO 2 ½ AÇO SAE 1070 COM CABO	R\$ 60,40	R\$ 3.020,00
36	UND	2	ESMERILHADEIRA 850W 127V	R\$ 266,00	R\$ 532,00

Este documento foi assinado eletronicamente por lucivan Cruz.

Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.

ENDEREÇO: Praça Coelho João F10, 30 - Centro - 35.986-000 - São José do Goiabal-MG

TELEFAX: (31) -3858-5121/5132/5149

Este documento foi assinado eletronicamente por lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL

PREFEITURA



37	UND	50	ESQUADRO CABO POLIPROPILENO 12"	R\$ 17,12	R\$ 856,00
38	UND	20	ESQUADRO CABO POLIPROPILENO 14"	R\$ 27,17	R\$ 543,40
39	UND	5	FERRO DE SOLDA TIPO MACHADINHA 127V	R\$ 313,10	R\$ 1.565,50
40	UND	20	KIT CHAVE CATRACA SOQUETE MALETA 8 A 32MM 22 PEÇAS	R\$ 362,42	R\$ 7.248,40
41	UND	30	LAMINA PARA ROÇADEIRA 2 PONTAS 350MM FURO 1POL	R\$ 36,33	R\$ 1.089,90
42	UND	30	LAMINA PARA ROÇADEIRA 2 PONTAS 350MM FURO 20MM	R\$ 24,19	R\$ 725,70
43	UND	10	MACHADINHA AÇO FORJADO COM UNHA 26 CM C/ CABO	R\$ 57,15	R\$ 571,50
44	UND	40	MACHADO COM CABO DE MADEIRA 50 CM	R\$ 82,45	R\$ 3.298,00
45	UND	20	MARRETA COM CABO 05 KG	R\$ 113,50	R\$ 2.270,00
46	UND	6	MARTELETE COMBINADO SDS PERFURADOR DE IMPACTO 800W 220V	R\$ 899,94	R\$ 5.399,64
47	UND	15	MARTELO COM UNHA	R\$ 31,00	R\$ 465,00
48	UND	5	MORSA TORNO DE BANCADA LINHA PROFISSIONAL	R\$ 455,91	R\$ 2.279,55
49	UND	3	MOTO ESMERIL DE BANCADA 360W 220V	R\$ 241,63	R\$ 724,89
50	UND	3	MOTOCOMPRESSOR DE AR DIRETO COM ACESSORIOS PARA PINTURA	R\$ 718,65	R\$ 2.155,95
51	UND	20	PRUMO PAREDE 500G	R\$ 22,03	R\$ 440,60
52	UND	15	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL 20L	R\$ 482,89	R\$ 7.243,35
53	UND	10	RASTEL METÁLICO 150CM 21 DENTES	R\$ 27,89	R\$ 278,90
54	UND	3	ROÇADEIRA STIHL	R\$ 1.223,33	R\$ 3.669,99
55	UND	20	SABRE DE MOTOSSERRA 36 DENTES	R\$ 306,67	R\$ 6.133,40
56	UND	20	SABRE DE MOTOSSERRA 48 DENTES	R\$ 604,43	R\$ 12.088,60
57	UND	200	SERRA STARRETE	R\$ 10,15	R\$ 2.030,00
58	UND	50	SERROTE CURVO PARA PODAS 12"	R\$ 28,63	R\$ 1.431,50
59	UND	20	SERROTE PARA GESSO DRYWALL 7POL 180MM SERRA 2 LADOS	R\$ 32,53	R\$ 650,60
60	UND	20	SUPORTE PARA ROLO DE PINTURA 23 CM TIPO GAIOLA	R\$ 9,73	R\$ 194,60
					R\$ 168.732,20

LOTE 3 - PINTURAS					
ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	UND	12	BANDEJA DE PINTURA PLÁSTICA 37 CM	R\$ 9,06	R\$ 108,72
2	LATA	100	DESMOLDANTE 3,6L	R\$ 100,61	R\$ 10.061,00
3	UND	300	FITA CREPE 19MM X 50M	R\$ 3,62	R\$ 1.086,00
4	ROLO	100	FITA CREPE LARGA 48 MMX50 M	R\$ 11,12	R\$ 1.112,00
5	UND	20	LIQUIBRILHO 3,6L	R\$ 50,36	R\$ 1.007,20
6	LATA	30	MANTA LÍQUIDA IMPERMEABILIZANTE PARA LAJE 18KG	R\$ 320,13	R\$ 9.603,90
7	UND	100	MASSA CORRIDA PVA LATA 18 L	R\$ 74,67	R\$ 7.467,00
8	UND	10	MISTURADOR BATEDOR DE ARGAMASSA E TINTA COM ENCAIXE SDS 10X60CM	R\$ 36,23	R\$ 362,30
9	UND	50	PINCEL DE CERDA SINTÉTICA 1"	R\$ 2,71	R\$ 135,50
10	UND	50	PINCEL DE CERDA SINTÉTICA 4"	R\$ 14,37	R\$ 718,50
11	UND	200	PLACA DE GESSO ACARTONADO 0,60CMX1,20M	R\$ 38,96	R\$ 7.792,00
12	UND	30	ROLO ANTI RESPINGO 15 CM	R\$ 11,83	R\$ 354,90
13	UND	100	ROLO DE ESPUMA 15CM COM CABO	R\$ 7,10	R\$ 710,00
14	UND	100	ROLO DE ESPUMA 23 CM	R\$ 13,05	R\$ 1.305,00
15	UND	200	SELADOR ACRILICO BRANCO LATA 18 LITROS	R\$ 128,27	R\$ 25.654,00
16	UND	100	THINNER LATA 5L	R\$ 77,62	R\$ 7.762,00
17	UND	80	THINNER LATA 900ML	R\$ 14,89	R\$ 1.191,20
18	LATA	200	TINTA ACRILICA CORES DIVERSAS LATA 18 LITROS CONCENTRADA DILUIÇÃO SUPERIOR ATE 80%, INDICADA PARA EXTERIOR E INTERIOR COM ACABAMENTO ACETINADO: CORAL RENDE MUITO OU SUPERIOR	R\$ 123,00	R\$ 24.600,00
19	LATA	100	TINTA ACRILICA CORES DIVERSAS LATA 18 LITROS INDICADO PARA INTERIOR FORRO DE GESSO E DRYWALL	R\$ 314,21	R\$ 31.421,00
20	LATA	100	TINTA DEMARCAÇÃO VIARIA 18 LITROS ALTA QUALIDADE REF:BEMA	R\$ 243,67	R\$ 24.367,00
21	LATA	100	TINTA ESMALTE A BASE D'AGUA SECAGEM EXTRA RÁPIDA CORES DIVERSAS LATA 3.600 L	R\$ 102,98	R\$ 10.298,00
22	LATA	100	TINTA ESMALTE A BASE SOLVENTE SECAGEM EXTRA RÁPIDA CORES DIVERSAS LATA 3.600 L	R\$ 176,41	R\$ 17.641,00
23	LATA	100	TINTA ESMALTE BASE AGUA 3,6L DIVERSAS CORES	R\$ 131,59	R\$ 13.159,00
24	LATA	100	TINTA PINTA PISO AMARELO DEMARCAÇÃO LATA 18L REFERENCIA: PINTA PISO CORAL OU SUPERIOR	R\$ 240,43	R\$ 24.043,00

Este documento foi assinado eletronicamente por lucivan Cruz.

Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.

ENDEREÇO: Praça Coelho João Pilo, 30 - Centro - 35.986-000 - São José do Goiabal-MG

TELEFAX: (31) -3858-5121/5132/5149

Este documento foi assinado eletronicamente por lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL

PREFEITURA



25	LATA	100	TINTA PINTA PISO VARIAS CORES LATA 18L REFERENCIA: PINTA PISO CORAL OU SUPERIOR	R\$ 244,97	R\$ 24.497,00
26	UND	50	TINTA SPRAY USO GERAL CORES DIVERSAS LATA 400 ML	R\$ 16,59	R\$ 829,50
27	UND	200	TINTA SUPER PISO 18L CORES DIVERSAS	R\$ 339,33	R\$ 67.866,00
28	UND	80	TINTA SUPER PISO 3,6L CORES DIVERSAS	R\$ 81,30	R\$ 6.504,00
29	UND	200	VEDA CALHA CARTUCHO 400G	R\$ 16,23	R\$ 3.246,00
30	LATA	120	VERNIZ IMBUÍA LATA 3,600 L	R\$ 92,95	R\$ 11.154,00
					R\$ 336.056,72

LOTE 4 - FIXAÇÃO

ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	UND	100	ABRACADEIRA "D" 3/4"	R\$ 0,86	R\$ 86,00
2	UND	100	ABRACADEIRA "U" 1/2"	R\$ 0,61	R\$ 61,00
3	UND	100	ABRACADEIRA "U" 3/4"	R\$ 0,73	R\$ 73,00
4	UND	100	ABRACADEIRA CLICK 1 POLEGADA	R\$ 0,86	R\$ 86,00
5	UND	100	ABRACADEIRA CLICK 1/2	R\$ 0,83	R\$ 83,00
6	UND	100	ABRACADEIRA CLICK 3/4	R\$ 0,80	R\$ 80,00
7	PACOTE	50	ABRACADEIRA DE NYLON 100MMX2,5 PCT COM 100 UND	R\$ 3,19	R\$ 159,50
8	PACOTE	50	ABRACADEIRA DE NYLON 200MMX3,6 PCT COM 100 UND	R\$ 9,33	R\$ 466,50
9	PACOTE	50	ABRACADEIRA DE NYLON 300MMX3,6 PCT COM 100 UND	R\$ 15,65	R\$ 782,50
10	UND	100	ABRACADEIRA GALVANIZADA 102 MM	R\$ 24,84	R\$ 2.484,00
11	UND	100	ABRACADEIRA GALVANIZADA 127 MM	R\$ 7,74	R\$ 774,00
12	UND	100	ABRACADEIRA SEM FIM AÇO 14 MM	R\$ 2,01	R\$ 201,00
13	UND	100	ABRACADEIRA SEM FIM AÇO 9 MM	R\$ 2,19	R\$ 219,00
14	UND	100	BARRA DE AÇO ROSCADA 3/8" - 1 METRO DE COMPRIMENTO	R\$ 8,92	R\$ 892,00
15	UND	100	BARRA DE AÇO ROSCADA 5/16" - 1 METRO DE COMPRIMENTO	R\$ 5,24	R\$ 524,00
16	UND	50	BUCHA DE PLÁSTICO PARA ALVENARIA Nº 10	R\$ 0,46	R\$ 23,00
17	UND	50	BUCHA DE PLÁSTICO PARA ALVENARIA Nº 12	R\$ 0,21	R\$ 10,50
18	UND	100	BUCHA DE PLÁSTICO PARA ALVENARIA Nº 6	R\$ 0,05	R\$ 5,00
19	UND	100	BUCHA DE PLÁSTICO PARA ALVENARIA Nº 8	R\$ 0,13	R\$ 13,00
20	UND	50	CADEADO COM CHAVE SIMPLES 25MM	R\$ 11,05	R\$ 552,50
21	UND	50	CADEADO COM CHAVE SIMPLES 30MM	R\$ 11,83	R\$ 591,50
22	UND	50	CADEADO COM CHAVE SIMPLES 45MM	R\$ 26,98	R\$ 1.349,00
23	UND	50	CADEADO COM CHAVE SIMPLES 75MM	R\$ 65,63	R\$ 3.281,50
24	KG	50	CORRENTE	R\$ 33,60	R\$ 1.680,00
25	UND	600	PARAFUSO C/ CABEÇA + BUCHA PARA VASO SANITÁRIO	R\$ 3,30	R\$ 1.980,00
26	UND	1000	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X2	R\$ 0,73	R\$ 730,00
27	KG	10	PREGO DE AÇO PARA CONCRETO 15X15	R\$ 21,10	R\$ 211,00
28	KG	10	PREGO TELHEIRO 18X36	R\$ 27,27	R\$ 272,70
					R\$ 17.671,20

LOTE 5 - FERRO

ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	KG	500	ARAME AÇO GALVANIZADO BWG 16	R\$ 20,40	R\$ 10.200,00
2	KG	600	ARAME AÇO RECOZIDO LISO BWG 14	R\$ 16,30	R\$ 9.780,00
3	KG	600	ARAME AÇO RECOZIDO LISO BWG 16	R\$ 17,35	R\$ 10.410,00
4	KG	600	ARAME AÇO RECOZIDO TORCIDO BWG 18	R\$ 18,36	R\$ 11.016,00
5	ROLO	30	ARAME FARPADO 250 M	R\$ 303,27	R\$ 9.098,10
6	ROLO	15	ARAME FARPADO 500 M	R\$ 457,33	R\$ 6.859,95
7	UND	30	DOBRADIÇA PARA JANELA 3.1/2" AÇO CROMADO	R\$ 31,36	R\$ 940,80
8	UND	30	DOBRADIÇA PARA PORTA 3.1/2" AÇO CROMADO	R\$ 12,37	R\$ 371,10
9	UND	100	DOBRADIÇA PORTA CADEADO FECHO TRINCO ZINCADO	R\$ 21,43	R\$ 2.143,00
10	UND	30	FECHADURA DE METALON 20X30	R\$ 54,44	R\$ 1.633,20
11	UND	30	FECHADURA DE METALON 50X30	R\$ 67,60	R\$ 2.028,00
12	UND	30	FECHADURA PARA PORTA DE BANHEIRO	R\$ 18,33	R\$ 549,90
13	UND	30	FECHO DE GAVETA 3/4 FUSIMEC PARA FITA DE AÇO	R\$ 1,85	R\$ 55,50
14	UND	30	JANELA BASCULANTE AÇO SEM ACABAMENTO SEM GRADE 60X40 CM	R\$ 86,18	R\$ 2.585,40
15	UND	30	JANELA BASCULANTE AÇO SEM ACABAMENTO SEM GRADE 60X80 CM	R\$ 155,12	R\$ 4.653,60
16	CX	2	TELA PARA ALVENARIA 7.5 X 50 CM	R\$ 209,63	R\$ 419,26
17	UND	500	VERGALHÃO AÇO 1/2"	R\$ 77,50	R\$ 38.750,00
18	UND	200	VERGALHÃO AÇO 1/4	R\$ 22,45	R\$ 4.490,00
19	UND	1000	VERGALHÃO AÇO 3/8"	R\$ 54,48	R\$ 54.480,00
20	UND	1000	VERGALHÃO AÇO 5.0MM	R\$ 18,20	R\$ 18.200,00
21	UND	1200	VERGALHÃO AÇO 5/16"	R\$ 38,48	R\$ 46.176,00

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.

Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.

ENDEREÇO: Praça Coelho João Pilo, 30 - Centro - 35.986-000 - São José do Goiabal-MG

TELEFAX: (31) - 3858-5121/5132/5149

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL

PREFEITURA



R\$ 234.839,81

LOTE 6 - PISOS					
ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	PACOTE	50	CUNHA PARA NIVELADOR DE CERAMICA E PORCELANATO, PACOTE 100 UNIDADES, COR AMARELA, ESPESSURA 2 E 3MM.	R\$ 23,76	R\$ 1.188,00
2	PACOTE	100	ESPAÇADOR NIVELADOR REVESTIMENTO PARA CUNHA 2 MM PACOTE C/100	R\$ 19,27	R\$ 1.927,00
3	PACOTE	50	ESPAÇADOR NIVELADOR REVESTIMENTO PARA CUNHA 3 MM PACOTE C/100	R\$ 4,35	R\$ 217,50
4	UNID	600	PAVER 10X20X0,6	R\$ 2,13	R\$ 1.278,00
5	UND	500	REJUNTE SACO PLÁSTICO DE 1 KG	R\$ 8,58	R\$ 4.290,00
6	UND	40	RESINA ACRILICA BASE AGUA INCOLOR 18L	R\$ 263,12	R\$ 10.524,80
7	UND	40	RESINA ACRILICA BASE AGUA INCOLOR 3,6L	R\$ 145,53	R\$ 5.821,20
8	UND	40	RESINA ACRILICA BASE SOLVENTE 3,6L	R\$ 67,12	R\$ 2.684,80
9	LATA	30	RESINA ACRÍLICA PARA APLICAÇÃO EM TELHAS LATA 18 LITROS	R\$ 296,46	R\$ 8.893,80
10	LATA	50	RESINA BRILHANTE INCOLOR BASE SOLVENTE 18L	R\$ 599,89	R\$ 29.994,50
11	M2	300	REVESTIMENTO CERAMICO PAREDE 33X45 BRILHANTE	R\$ 78,57	R\$ 23.571,00
12	M2	300	REVESTIMENTO CERAMICO PAREDE 34X60 ACETINADO	R\$ 25,84	R\$ 7.752,00
13	M2	300	REVESTIMENTO CERAMICO PAREDE 34X60 BRILHANTE	R\$ 26,60	R\$ 7.980,00
14	M2	300	REVESTIMENTO CERAMICO PAREDE 45X45 ACETINADO	R\$ 60,84	R\$ 18.252,00
					R\$ 124.374,60

LOTE 7 - EPI					
ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	UND	100	CAPA PARA CHUVA PVC COM FORRO AMARELA	R\$ 39,36	R\$ 3.936,00
2	UNID	5	CINTURÃO DE PROTEÇÃO 7 PONTOS PARA TRABALHO EM ALTURA, COM TALABARTE DUPLO, COR LARANJA INDICADO PARA ELETRICISTA	R\$ 302,36	R\$ 1.511,80
3	PAR	200	LUVA DE RASPA 15 CM	R\$ 22,75	R\$ 4.550,00
4	PAR	200	LUVA DE RASPA 30 CM	R\$ 35,73	R\$ 7.146,00
5	PAR	200	LUVA DE RASPA TAMANHO ÚNICO	R\$ 22,78	R\$ 4.556,00
6	PAR	200	LUVA DE VAQUETA DIVERSOS TAMANHOS	R\$ 21,53	R\$ 4.306,00
7	PAR	6	LUVA ELETRICISTA 10000V CLASSE 0	R\$ 286,42	R\$ 1.718,52
8	PAR	100	LUVA PU - LUVA EPI PRETA DE POLIURETANO, DIVERSOS TAMANHOS	R\$ 3,27	R\$ 327,00
9	UND	150	MASCARA DESCARTAVEL SEM VALVULA	R\$ 2,00	R\$ 300,00
					R\$ 28.351,32

LOTE 8 - AGREGADOS					
ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	METRO	1125	AREIA FINA	R\$ 27,33	R\$ 30.746,25
2	METRO	1200	AREIA GROSSA	R\$ 26,67	R\$ 32.004,00
3	M³	600	BRITA 0	R\$ 117,66	R\$ 70.596,00
4	M³	600	BRITA 1	R\$ 117,32	R\$ 70.392,00
5	METRO	600	BRITA 2	R\$ 120,70	R\$ 72.420,00
6	TNLD	200	PEDRA MARRUADA	R\$ 127,04	R\$ 25.408,00
7	METRO	600	PEDRA RACHAO	R\$ 140,17	R\$ 84.102,00
8	UND	10000	TIJOLO FURADO 09X19X29	R\$ 1,21	R\$ 12.100,00
9	UND	25000	TIJOLO FURADO 14X19X29	R\$ 1,52	R\$ 38.000,00
					R\$ 435.768,25

LOTE 9 - LIGANTES					
ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	SACO	2000	AGROFILITO SACO COM 20 KG	R\$ 4,76	R\$ 9.520,00
2	SACO	600	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC II SACO PLÁSTICO 20 KG	R\$ 19,67	R\$ 11.802,00
3	SACO	600	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III SACO PLÁSTICO 20 KG	R\$ 27,02	R\$ 16.212,00
4	SACO	300	ARGAMASSA COLANTE TIPO PISO SOBRE PISO SACO PLÁSTICO 20 KG	R\$ 34,98	R\$ 10.494,00
5	SACO	300	ARGAMASSA POLIMERICA IMPERMEABILIZANTE 12KG	R\$ 98,66	R\$ 29.598,00
6	SACO	300	CAL HIDRATADA SACO 20KG	R\$ 18,40	R\$ 5.520,00
7	SACO	50	CAL PARA PINTURA SACO 7KG	R\$ 10,98	R\$ 549,00
8	LATA	300	EMULSAO ASFALTICA 18L	R\$ 343,10	R\$ 102.930,00
					R\$ 186.625,00

LOTE 10 - MADEIRAS					
ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.

Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.

ENDEREÇO: Praça Coelho João F10, 30 - Centro - 35.986-000 - São José do Goiabal-MG

TELEFAX: (31) -3858-5121/5132/5149

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL P R E F E I T U R A



1	METRO	3000	CAIBRO MADEIRA PARAJU VARIOS CM	R\$ 14,90	R\$ 44.700,00
2	UND	2000	CAIBRO MADEIRA PINUS 06X06 3M	R\$ 21,17	R\$ 42.340,00
3	UND	200	ESCORAS DE EUCALIPTO 6 METROS DE 8 A 12	R\$ 32,22	R\$ 6.444,00
4	UND	40	MADERITE NAVAL 17 MM (2.20X1.10M)	R\$ 172,20	R\$ 6.888,00
5	UND	100	MOURAO DE EUCALIPTO 6M (POSTE)	R\$ 181,00	R\$ 18.100,00
6	UND	100	RIPA DE PARAJU 4X2 CM COM COMPRIMENTO DE CORTE SOB DEMANDA	R\$ 5,13	R\$ 513,00
7	UND	100	RIPA DE PINUS APLAINADA 2,5X1 3M	R\$ 3,29	R\$ 329,00
					R\$ 119.314,00

LOTE 11 - DIVERSOS					
ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	GALAO	100	ALGICIDA DE CHOQUE GALAO DE 5L	R\$ 79,48	R\$ 7.948,00
2	UND	50	ANEL PARA CISTERNA 0,80	R\$ 131,06	R\$ 6.553,00
3	KG	30	BARRILHA DE SÓDIO	R\$ 11,16	R\$ 334,80
4	KG	100	CLORO GRANULADO 65% DE CLORO ATIVO	R\$ 14,99	R\$ 1.499,00
5	UND	100	FITA DUPLA FACE INCOLOR 25MM X 5M	R\$ 7,67	R\$ 767,00
6	GALÃO	200	HIPOCLORITO DE SÓDIO 10% 5L (CLORO DE POÇO ARTESIANO)	R\$ 57,07	R\$ 11.414,00
7	UND	20	PORTA ALMOFADADA 210X70CM	R\$ 556,33	R\$ 11.126,60
8	UND	20	PORTA ALMOFADADA 210X80CM	R\$ 609,33	R\$ 12.186,60
					R\$ 51.829,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4. EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



4.1. Os bens deverão ser entregues no conforme demanda das secretarias municipais, podendo a entrega ser nos respectivos almoxarifados ou diretamente no local predeterminado pela Unidade Requisitante, lembrando da possibilidade de entrega diretamente nos distritos e povoados do município conforme demanda, prazo de 05 (cinco) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Fornecimento pelo Setor de Compras do município.

Garantia, manutenção e assistência técnica

4.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

5.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.10.1. o prazo de validade;
- 6.10.2. a data da emissão;
- 6.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.10.5. o valor a pagar; e
- 6.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

6.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



Forma de pagamento

6.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

Forma de fornecimento

7.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



7.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando os incisos abaixo: 7.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); 7.22.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por centos) do valor total estimado da contratação.

7.21. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Outras certidões

7.23. Certidões da Controladoria-Geral da União: <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação foi apurado em pesquisa de mercado realizado pelo setor de compras, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

São José do Goiabal/MG, 10 de agosto de 2026.

Lucivan José da Cruz
Pregoeiro Oficial

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Vinculado ao Documento de Formalização de Demanda - DFD emitido pela Secretaria Municipal de Administração

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente ETP refere-se às aquisições futuras e eventuais de materiais de construção em geral para promover, com a disponibilização do objeto do presente, a realização de pequenas reformas, ampliação e manutenções preventivas e corretivas dos prédios públicos da Prefeitura Municipal, para garantia do pleno funcionamento das unidades em seus serviços essenciais e atender a população em espaço adequado e humanizado.

A presente visa justificar a aquisição de materiais de construção civil para atender as necessidades das Secretarias Requisitantes do Município de São José do Goiabal. A razão desta contratação encontra respaldo no fato de que há necessidade ao perfeito andamento dos serviços básicos da Secretaria de Obras, no atendimento à população quanto ao melhoramento da infraestrutura da cidade. Considerando que o presente objeto aqui solicitado é essencial para a continuidade dos trabalhos inseridos no planejamento voltados a infraestrutura do município, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço que é considerado público, de uso comum e posse de todos em todos os períodos do dia, com acessibilidade e com os devidos reparos em suas rachaduras e deterioração.

A continuidade da manutenção e/ou conservação da estrutura pública traduz se em melhor imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio, e o lazer, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico da população. Essa aquisição de materiais de construção para futura aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade da utilização dos materiais por diversas necessidades desses materiais para a manutenção, e pequenas reformas (emergenciais), que serão realizadas pelos próprios funcionários da secretaria, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas nas vias públicas.

A contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, uma vez que suas especificações no mercado são usuais, ou seja, rotineiramente (habitualmente) utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores ou prestadores de serviços estão acostumados a tratar, não sendo, portanto algo incomum, e conforme a justificativa apresentada anteriormente, demandam a contratação de empresa especializada para fornecimento de Materiais de Construção Civil, para atender as necessidades dos prédios públicos municipais. A empresa contratada será responsável por fornecer integralmente os materiais conforme ordem de fornecimento, assegurando que, eles deverão ser originais, novos, de primeira linha e devem respeitar os quantitativos descritos nas especificações no termo de referência.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Gabinete do Prefeito	Ailton Geraldo dos Santos
Sec. Mun. Planej. Gestão Administração E Finanças.	Guilherme Araújo Ferreira dos Santos

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
6. atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os materiais de consumo objeto da futura aquisição estão dentro da padronização, conforme especificações técnicas constantes no Documento de Formalização de Demanda – DFD emitido pela Unidade Requisitante.

Como há um grande número de fabricantes, importadores, distribuidores e empresas no mercado nacional que comercializam os itens a serem licitados e devido ao fato dos bens a serem adquiridos serem classificados como bens comuns, nos termos do art. 6º da Lei nº. 14.133/21 e do art. 3º, inciso II do Decreto nº 10.024/19, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado, optou-se pela utilização do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços como forma de aquisição dos bens pretendidos.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional estabelece em seu artigo 6º que "serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços".

O valor base levantando pelo demandante da solicitação fixou preços no DFD anexado no processo a fim de parametrização.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A motivação pela escolha do Sistema de Registro de Preço (SRP) para este processo licitatório se dá pelas características do objeto (enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021), não sendo possível definir previamente, com precisão, o quantitativo que será efetivamente demandado pela Administração, considerando que os materiais serão utilizados de acordo com as necessidades das diversas Secretarias Municipais, manutenção dos prédios públicos, vias, espaços públicos e demais estruturas municipais.

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por lote.

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação não se dará por meio de contrato tendo em vista que o art. 95 da lei nº. 14.133/21 prescreve que "O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço". Já o artigo 15, do Decreto nº. 7.892/13, estabelece que "a contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº. 8.666, de 1993". Sendo assim, não haverá designação de fiscal do contrato. Sendo assim, as contratações referentes ao pregão ocorrerão por meio de nota de empenho, tendo em vista que a licitação não se enquadra em nenhuma das condições de exigência de contrato, estabelecida do art. 95, da Lei nº. 14.133/21.

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Entretanto, será admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preços; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da ata de registro de preços, conforme prevê o art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas nos artigos nº 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa. Cada Secretaria Municipal, a partir de suas necessidades e da disponibilidade de recursos orçamentários, emitirá uma requisição à Setor de Compras dessa Prefeitura. De posse da



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



requisição de empenho, a Secretaria Municipal de Administração notificará a contratada que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para a entrega do material solicitado.

Atendendo à recomendação formulada pelo Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 2037/2019, declaramos que deverá constar no Edital do Pregão a previsão de possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes - art. 9º, inciso III, do Decreto nº 7.892/2013. Tal possibilidade justifica-se, pois, as contratações da Secretaria Municipal de Compras e Patrimônio serão frequentes e parceladas, sua adjudicação ocorrerá por Item, e os materiais a serem licitados são enquadrados na classificação de bens de natureza comum podendo dessa forma atender também a outros órgãos interessados, desde que a adesão seja aceita também pelo fornecedor, conforme preceitua o art. 31, §1º do Decreto nº 11.462/2023.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades relacionadas a este estudo estão descritas no documento DFD emitido pela Secretaria Municipal de Administração.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação foi estimativamente levantado em pesquisa de mercado juntamente a fornecedores realizada pela Secretaria Municipal de Compras e Patrimônio.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será por lote, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais de construção diversos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e dos diversos setores da Administração Municipal, especialmente para a execução de serviços de manutenção, conservação, reforma, adequação e melhorias em prédios públicos, vias, espaços públicos e demais estruturas pertencentes ao Município.

A aquisição mostra-se necessária em razão da demanda contínua por materiais utilizados na realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reparos e pequenas obras, sendo indispensável que a Administração disponha dos insumos necessários para atender às demandas de forma célere e eficiente, evitando a paralisação de serviços públicos em razão da falta de materiais básicos.

Considerando a diversidade e a quantidade dos materiais que compõem o objeto, optou-se pela divisão dos produtos em lotes, agrupando itens de características e finalidades semelhantes, de modo a proporcionar melhores condições para o planejamento da contratação, recebimento, armazenamento, distribuição e utilização dos materiais pelos diversos setores municipais.

A divisão em lotes também busca proporcionar maior escala de aquisição, permitindo que os fornecedores tenham condições de apresentar propostas mais competitivas, especialmente em razão da possibilidade de redução dos custos operacionais, logísticos e de transporte decorrentes da concentração de itens semelhantes em um mesmo lote. Dessa forma, espera-se obter maiores



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



descontos e preços mais vantajosos para a Administração, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

A formação dos lotes foi planejada de maneira a preservar a competitividade do certame, evitando-se agrupamentos excessivamente amplos ou sem relação entre os itens. Busca-se, portanto, estabelecer uma divisão que possibilite a participação de um número maior de fornecedores, ao mesmo tempo em que permita ganhos de escala e maior eficiência logística para a Administração.

Ressalta-se, ainda, que a estruturação dos lotes considerará o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da legislação aplicável às contratações públicas.

Nesse sentido, os lotes cujo valor estimado seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que preenchidos os requisitos legais para participação, buscando ampliar a participação de pequenos fornecedores, fomentar o desenvolvimento econômico local e regional e assegurar a efetividade das políticas públicas de incentivo às micro e pequenas empresas.

A adoção dessa sistemática permite conciliar dois objetivos relevantes da Administração: de um lado, a obtenção de economia de escala e melhores condições comerciais, mediante a organização dos itens em lotes; de outro, a ampliação da competitividade e a promoção do tratamento favorecido às MEs e EPPs, mediante a reserva dos lotes enquadrados no limite legal.

A divisão em lotes também contribuirá para uma melhor organização da logística de fornecimento, possibilitando entregas planejadas, redução de deslocamentos e maior racionalização dos procedimentos de recebimento, conferência e distribuição dos materiais. Tal medida tende a reduzir custos indiretos e facilitar o gerenciamento do estoque e do consumo dos materiais pelos setores requisitantes.

A contratação será realizada em observância aos princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, competitividade, isonomia e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, a aquisição dos materiais de construção por meio de lotes mostra-se tecnicamente adequada, economicamente justificável e administrativamente conveniente, uma vez que possibilita atender às demandas do Município de maneira planejada, obter melhores condições de preço e fornecimento, racionalizar a logística de entrega e, simultaneamente, promover a participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos lotes destinados exclusivamente a esse segmento.

Assim, a presente contratação busca assegurar o abastecimento regular dos materiais necessários à manutenção e conservação dos bens e serviços públicos, garantindo maior eficiência administrativa, continuidade dos serviços e adequada aplicação dos recursos públicos.

O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, conforme disposto no inciso 7º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



1. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação está alinhada com o planejamento de contratações que estimamos ser suficiente para período de doze meses, contando que como se trata de um início de gestão, não temos o saldo suficiente para compra dos referidos itens a qual serão processado com quantidades correta para o próximo exercício, tendo por base as suas necessidades e histórico de consumo.

3. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento do material de consumo para a Unidade Requisitante.

4. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente, será realizada a Licitação através de Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preço.

A licitação estando homologada e as Atas de Registro de Preços assinadas poderá ser feita a contratação para aquisição dos itens licitados.

5. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os materiais a serem adquiridos não são potencialmente contaminantes, podendo ser descartados após o seu uso, não havendo riscos de contaminação ao meio ambiente.

A Prefeitura Municipal de São José do Goiabal possui contrato vigente com empresa especializada na prestação de serviços para recebimento e destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos produzidos no município.

6. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A Unidade Requisitante que compõe equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento está de acordo com a contratação.

São José do Goiabal/MG, 10 de agosto de 2026.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



Lucivan José da Cruz
Pregoeiro Oficial



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



ANEXO II
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: XXX/2026
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG
PREGÃO ELETRÔNICO “SRP” Nº: 023/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 124/2026

O Município de São José do Goiabal, com sede na Praça Cônego João Pio, nº 30, Centro, na cidade de São José do Goiabal/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.402.552/0001-91, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ailton Geraldo dos Santos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 023/2026, processo administrativo n.º 124/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto registro de preços para aquisições futuras e eventuais de materiais de construção em geral, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico “SRP” nº 023/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Município de São José do Goiabal.

3.2. Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Gabinete do Prefeito



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



Sec. Mun. Planej. Gestão Administração E Finanças
Sec. Mun. De Saúde, Assist. Social e Meio Ambiente

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da **alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;**

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São José do Goiabal/MG, [dia] de [mês] de [ano].

Ailton Geraldo dos Santos
Prefeito Municipal

[RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR]

CNPJ: [00.000.000/0000-00]

Sr(a). [nome do representante legal]

CPF: [000.000.000-00]

SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO

[TIMBRE DA EMPRESA]

[Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa]

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação Pregão Eletrônico SRP Nº: 023/2026 – Processo Licitatório Nº: 124/2026, instaurada pela Prefeitura Municipal de São José do Goiabal, que a empresa:

- 1 - Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;
- 2 - Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- 3 - Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 4 - Não incorre nas demais condições impeditivas da lei 14.133/2021.
- 5 - Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

[Local], **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**.

[RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR]

CNPJ: **[00.000.000/0000-00]**

Sr(a). **[nome do representante legal]**

CPF: **[000.000.000-00]**



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

[TIMBRE DA EMPRESA]

[Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa]

—

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do pregão e os termos constantes no Edital Pregão Eletrônico SRP Nº: 023/2026 – Processo Licitatório Nº: 124/2026 e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de habilitação.

[Local], **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**.

[RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR]

CNPJ: **[00.000.000/0000-00]**

Sr(a). **[nome do representante legal]**

CPF: **[000.000.000-00]**

SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



ANEXO V

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO

A SER APRESENTADA APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

[TIMBRE DA EMPRESA]

[Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa]

AO (A) PREGOEIRO (A) da Prefeitura São José do Goiabal

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº: 023/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 124/2026

Fornecedor:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.

PREVISÃO DE ENTREGA:

CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL:

Senhor Fornecedor: Para sua maior segurança, observe as condições estabelecidas no Edital:

Lote/ item	Qtde.	Unid.	Especificações	Marca/ Modelo	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01						

VALOR TOTAL E FINAL POR EXTENSO: R\$(.....)

NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

() Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados – DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital.

IMPORTANTE:

1. Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.

ENDEREÇO: Praça Cônego João Pio, 30 - Centro - 35.986-000 - São José do Goiabal-MG

TELEFAX: (31) -3858-5121/5132/5149

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.

Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.

Este documento foi assinado eletronicamente por Lucivan Cruz.
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código A1A1-A211-155F-D67B.



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



2. A assinatura do fornecedor implica na sua total aceitação das regras deste processo licitatório.

➤ Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte (carga e descarga) até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR]

CNPJ: [00.000.000/0000-00]

Sr(a). [nome do representante legal]

CPF: [000.000.000-00]

SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

[TIMBRE DA EMPRESA]

[Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa]

Ao (a) Pregoeiro do Município São José do Goiabal/MG

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº: 023/2026 – Processo Licitatório Nº: 124/2026, instaurado pela Prefeitura Municipal de São José do Goiabal, que:

- **Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao (a) Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;**
- **Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**
- **Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;**
- **Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do Pregão Eletrônico SRP Nº: 023/2026 – Processo Licitatório Nº: 124/2026, realizado pela Prefeitura de São José do Goiabal – MG.**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR]

CNPJ: **[00.000.000/0000-00]**

Sr(a). **[nome do representante legal]**

CPF: **[000.000.000-00]**



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

[TIMBRE DA EMPRESA]

[Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa]

☐ MICROEMPRESA

☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE

[RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº [00.000.000/0000-00], com sede na [logradouro, nº, complemento, bairro, cidade, UF, CEP], neste ato representada pelo(a) representante legal, Sr(a). [nome do representante legal], sob o CPF nº [000.000.000-00], DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº [00.000.000/0000-00], cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional?

☐ SIM ☐ NÃO

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR]

CNPJ: [00.000.000/0000-00]

Sr(a). [nome do representante legal]

CPF: [000.000.000-00]



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR

[TIMBRE DA EMPRESA]

[Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa]

[RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], com sede na [logradouro, nº, complemento, bairro, cidade, UF, CEP], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) [nome do representante legal], infra-assinado, inscrito no CPF sob o nº [000.000.000-00], para fins do presente processo licitatório, DECLARA não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa na Prefeitura São José do Goiabal que impossibilite a participação no referido Pregão Eletrônico SRP Nº: 023/2026.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR]

CNPJ: [00.000.000/0000-00]

Sr(a). [nome do representante legal]

CPF: [000.000.000-00]

SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A



ANEXO IX

DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE A EMPRESA NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº: 124/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº: 023/2026

A EMPRESA [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº [00.000.000/0000-00], com sede na [logradouro, nº, complemento, bairro, cidade, UF, CEP], neste ato representada pelo(a) representante legal, Sr(a). [nome do representante legal], sob o CPF nº [000.000.000-00], DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº [00.000.000/0000-00], Atesta para os devidos fins que fizeram necessários que a empresa não possui em quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR]

CNPJ: [00.000.000/0000-00]

Sr(a). [nome do representante legal]

CPF: [000.000.000-00]

SÃO JOSÉ DO GOIABAL
P R E F E I T U R A

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/A1A1-A211-155F-D67B> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A1A1-A211-155F-D67B



Hash do Documento

RspSuVD1QZFdMi8C0IV7cWjTZHXKuJ5TSmODiLrvFE4=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/08/2026 é(são) :

☒ Lucivan Cruz - 110.202.226-89 em 14/08/2026 10:59 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Fri Aug 14 2026 10:59:55 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -19.925396998632866 Longitude: -42.707784429401414 Accuracy: 138

IP 179.191.53.212

Identificação: Autenticação de conta

Hash Evidências:

FB90E834CE29F1F45D8E097DDD57B46B2911C52F28927E2448A5FBC12C9A2D77

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 14/08/2026 é(são) :

☒ Lucivan Cruz - 110.202.226-89 em 14/08/2026 11:00 UTC-03:00

